

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA GENERALI BRASIL SEGUROS S.A.**

**Senhores acionistas,**

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Generali Brasil Seguros submeteu à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao ano de 2018. Este conteúdo foi confeccionado em comparação ao mesmo período de 2017 e abrange os dados do Balanço Patrimonial, da Demonstração de Resultados, da Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido, da Demonstração do Fluxo de Caixa e está acompanhado das Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes.

**Perfil**  
 A Generali Brasil Seguros, controlada 100% pelo Grupo Generali, atua com seguros de pessoas, patrimoniais e massificados. No Brasil desde 1925, a Companhia está presente em 14 Estados.

A Generali é um grupo italiano independente com forte presença internacional. Fundado em 1831, está entre uma das maiores companhias de seguro do mundo, presente em mais de 60 países e com faturamento acima dos € 68 bilhões em 2017.

Com quase 71 mil funcionários e 57 milhões de clientes, o Grupo é líder na Europa Ocidental e, cada vez mais, ganha presença nos mercados da Europa Oriental, Central e Ásia. Em 2017, o Grupo Generali entrou no ranking das companhias mais sustentáveis no mundo pela Corporate Knights.

**Estratégia Generali**

O Grupo Generali lançou, no final do ano passado, sua nova estratégia 2019-2021, com o objetivo de ser um parceiro vitalício para os clientes, oferecendo soluções inovadoras e personalizadas graças a uma inigualável rede de distribuição. A nova estratégia baseia-se em três pilares que incluem iniciativas que contribuirão para o alcance das metas financeiras do Grupo: Crescimento Sustentável; Gestão de Capital e Otimização Financeira; Inovação e Transformação Digital.

No Brasil, a estratégia da Generali está baseada em:

- Canais Tradicionais: crescimento sustentável no mercado nacional em canais tradicionais, através de corretores estratégicos para negócios em produtos individuais e de vida.
- Canais Massificados: estabelecimento de alianças e parcerias-chave, por meio de canais de venda alternativos, que permitem a distribuição em massa de nossos produtos com a utilização de meios digitais.
- Estratégia e Novos Negócios: investimento em modelos de venda que utilizam tecnologia de ponta para lançar produtos inovadores, mediante parcerias com diferentes setores de mercado.

**Desempenho Econômico**

No Brasil, apesar do momento de incertezas, o cenário econômico atual apresenta gradativas melhoras em relação ao ano passado. O Comitê de Política Monetária (Copom) também manteve a taxa básica de juros para 6,5% ao ano, a menor taxa desde 1996. O Conselho Monetário Nacional manteve a meta de inflação para 2019 em 3,7%, 4,0% em 2020, e 3,75% para 2021.

A perspectiva para o Brasil a médio prazo é de que continuará a crescer lentamente, uma vez que a economia está emergindo de uma severa recessão. A confiança dos consumidores e empresas está aumentando e o agronegócio teve aumento nos últimos anos, impulsionando o crescimento do PIB. Embora alto, a taxa de desemprego continua a diminuir, com previsão de continuar a cair gradualmente.

**Agradecimento**

Agradecemos a todos os segurados que nos confiaram suas conquistas, aos corretores que nos indicaram como solução a seus clientes e aos colaboradores da Generali. Agradecemos também aos acionistas pelo apoio e confiança em nossa administração e às entidades e autoridades ligadas às nossas atividades.

**A Administração**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)**

Ativo	31/12/2018	31/12/2017
Circulante	868.132	823.123
Disponível	10.065	10.241
Caixa e equivalentes de caixa	10.065	10.241
Aplicações financeiras (Nota 5)	312.002	323.737
Quotas de fundos de investimento	312.002	323.560
Outras aplicações	-	177
Crédito das operações com seguros e resseguros	281.610	246.147
Prêmios a receber (Nota 6)	189.199	164.387
Operações com seguradoras	1.248	1.071
Operações com resseguradoras (Nota 7.1)	55.118	54.281
Outros créditos operacionais (Nota 11)	36.045	26.408
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas (Nota 17)	180.639	182.576
Títulos e créditos a receber	22.792	3.781
Créditos tributários e previdenciários (Nota 12)	21.424	2.152
Outros créditos	1.368	1.629
Outros valores e bens (Nota 8)	7.394	11.899
Empréstimos e depósitos compulsórios	23	15
Despesas antecipadas (Nota 9)	3.969	4.816
Custos de aquisição diferidos (Nota 10)	49.638	39.911
Não circulante	410.647	383.859
Realizável a longo prazo	154.393	147.461
Aplicações financeiras (Nota 5)	125.904	80.681
Títulos e créditos a receber	28.489	66.780
Créditos a receber	566	3.499
Outros créditos operacionais (Nota 11)	2.182	3.700
Outros créditos tributários e previdenciários (Nota 12)	2.595	26.555
Depósitos judiciais e fiscais (Nota 17)	23.146	33.026
Investimentos	412	412
Participações societárias	353	353
Outros investimentos	59	59
Imobilizado (Nota 13)	3.569	5.267
Imóveis de uso próprio	172	173
Bens móveis	2.008	2.930
Outras imobilizações	1.389	2.164
Intangível (Nota 14)	252.273	230.719
Outros intangíveis	252.273	230.719
Total do ativo	1.278.779	1.206.982

Passivo	31/12/2018	31/12/2017
Circulante	832.403	827.349
Contas a pagar	36.906	49.977
Obrigações a pagar (Nota 15)	12.844	16.545
Impostos e encargos sociais a recolher	13.396	16.596
Encargos trabalhistas	4.751	4.892
Impostos e contribuições	1.082	77
Outras contas a pagar	4.833	11.867
Débitos de operações com seguros e resseguros	166.055	117.998
Prêmios a restituir	1.239	1.647
Operações com seguradoras	5.603	2.984
Operações com resseguradoras (Nota 7.2)	78.961	63.498
Corretores de seguros e resseguros	39.225	27.313
Outros débitos operacionais	41.027	22.556
Depósitos de terceiros (Nota 16)	13.364	4.948
Provisões técnicas - seguros (Nota 18)	615.005	653.923
Danos	446.462	499.489
Pessoas	168.543	154.434
Débitos diversos	1.073	503
Não circulante	34.885	20.648
Contas a pagar	15.699	49
Outras contas a pagar	13.380	-
Tributos diferidos	2.319	49
Provisões técnicas - seguros (Nota 18)	1.195	603
Danos	1.041	575
Pessoas	154	28
Outros débitos	17.991	19.996
Provisões para contingências (Nota 17)	9.484	15.636
Débitos diversos	8.507	4.360
Patrimônio líquido (Nota 22)	411.491	358.985
Capital social	1.371.177	1.256.177
Aumento de capital em aprovação	-	50.000
Reserva de capital	6.213	3.285
Reserva de reavaliação	84	85
Ajustes de avaliação patrimonial	3.407	(321)
Prejuízos acumulados	(969.390)	(950.241)
Total do passivo e patrimônio líquido	1.278.779	1.206.982

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)**

	31/12/2018	31/12/2017
Prêmios emitidos líquidos	647.764	535.438
Variações das provisões técnicas	(11.096)	(70.427)
Prêmios ganhos (Nota 23)	636.668	465.011
Sinistros ocorridos (Nota 23)	(395.215)	(371.853)
Custos de aquisição (Nota 26.a)	(132.405)	(68.235)
Outras despesas e receitas operacionais (Nota 26.b)	(17.126)	(24.609)
Resultado com resseguro (Nota 26.c)	2.134	9.060
Despesas administrativas (Nota 26.d)	(139.277)	(139.777)
Despesas com tributos (Nota 26.e)	(18.713)	(11.943)
Resultado financeiro (Nota 26.f)	46.717	42.892
Resultado operacional	(17.217)	(99.454)
Ganho com ativos não correntes	(814)	28.222
Resultado antes dos impostos e participações	(18.031)	(71.232)
Participações sobre o resultado	(1.118)	(1.086)
Prejuízo do exercício	(19.149)	(72.318)
Quantidade de ações	3.128.811	2.633.006
Prejuízo por ação (expresso em R\$ por ação)	(6,54)	(31,06)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)**

	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo do exercício	(19.149)	(72.318)
Outros resultados abrangentes líquidos, a serem reclassificados para resultado em períodos subsequentes	-	-
Variação do valor justo ativos financeiros disponíveis para venda	5.999	(321)
Efeito do imposto de renda e contribuição social	(2.271)	-
Outros resultados abrangentes líquidos, não reclassificados para resultado em períodos subsequentes	-	-
Realização da reserva de reavaliação, líquida de impostos	(1)	(43)
Total do resultado abrangente do exercício	(15.422)	(72.682)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)**

	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo do exercício	(19.149)	(72.318)
Ajustes para	-	-
Depreciação e amortização	17.530	9.076
Reversão de provisão para contingências	(6.152)	(4.650)
Ajuste na reavaliação de imobilizado	(1)	(43)
Reversão de provisão para redução do valor recuperável dos ativos	(11)	(3.960)
Remuneração baseada em ações	2.928	1.485
Outros ajustes (Nota 25.g)	-	(26.555)
	(4.855)	(96.965)
Variação nas contas patrimoniais	-	-
Ativos financeiros	(27.489)	66.270
Créditos das operações de seguros e resseguros	(26.917)	(51.847)
Ativos de resseguro	1.937	(17.177)
Créditos fiscais e previdenciários	4.688	(42)
Despesas antecipadas	847	(2.044)
Custo de aquisição diferido	(9.727)	(16.286)
Outros ativos	(1.597)	(4.644)
Depósitos judiciais e fiscais	9.880	33.627
Outras contas a pagar	4.915	6.733
Impostos e contribuições	(2.336)	77
Débitos de operações de seguros e resseguros	48.057	29.234
Outros passivos	4.717	4.863
Depósitos de terceiros	8.416	2.514
Provisões técnicas - seguros	(38.326)	41.709
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(27.790)	(3.978)
Atividades de investimento	-	-
Aquisição de imobilizado e intangível	(37.386)	(39.125)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(37.386)	(39.125)
Atividades de financiamento	-	-
Aumento de capital	65.000	50.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	65.000	50.000
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(176)	6.897
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10.241	3.344
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	10.065	10.241

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)**

	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Ajuste de títulos e valores mobiliários	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.186.177	70.000	1.800	128	-	(877.923)	380.182
Aprovação do aumento de capital (Nota 21.1)	70.000	(70.000)	-	-	-	-	-
Aumento de capital - AGE 30/10/2017 (Nota 21.1)	-	50.000	-	-	-	-	50.000
Remuneração baseada em ações (Nota 23)	-	-	1.485	-	-	-	1.485
Realização parcial da reserva de reavaliação, líquida de impostos	-	-	-	(43)	-	-	(43)
Perda não realizada nos títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	(321)	-	(321)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(72.318)	(72.318)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.256.177	50.000	3.285	85	(321)	(950.241)	358.985
Aprovação do aumento do capital - (Nota 21.1)	50.000	(50.000)	-	-	-	-	-
Aumento de capital - AGE 29/05/18	-	65.000	-	-	-	-	65.000
Aprovação do aumento do capital - (Nota 21.1)	65.000	(65.000)	-	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações (Nota 23)	-	-	2.928	-	-	-	2.928
Realização parcial da reserva de reavaliação, líquida de impostos	-	-	-	(1)	-	-	(1)
Ganho não realizado nos títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	3.728	-	3.728
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(19.149)	(19.149)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.371.177	-	6.213	84	3.407	(969.390)	411.491

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)**

**1. Contexto operacional**

A Generali Brasil Seguros S.A., ("Seguradora" ou "Companhia") com sede na cidade do Rio de Janeiro, controlada da Assicurazioni Generali S.p.A., grupo segurador italiano, tem por objetivo social operar com seguros de danos e pessoas, como definidos na legislação em vigor.

A Seguradora, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, finalizou o importante processo de reorganização da estrutura organizacional de forma a fortalecer os seus processos operacionais e a Governança Corporativa. A Administração da Seguradora tem um plano estruturado de melhoria contínua de seus processos e serviços, bem como aumento das receitas com o objetivo de acelerar o processo de retomada da rentabilidade.

Dentro do plano de retomada da rentabilidade, ao final do ano de 2016 a Seguradora firmou parceria com o Banco BMG para a exclusividade de vendas de seguro nos seus canais de Distribuição. Esta parceria inicialmente tem duração de 20 anos. No ano de 2017 foi firmada nova parceria com a TIM Celular S.A. para atuar como representante da Generali na venda de seguros massificados em seus canais de distribuição. Esta parceria inicialmente tem duração de oito anos, renováveis por mais dois. Para mais detalhes vide Nota 14. Também foi firmado acordo, com duração de 10 anos, com a Memorial Internacional Brasil Assistência Funerária Ltda. para prestação de serviços de gerenciamento e organização de serviços de assistência 24 horas.

No primeiro semestre de 2018 foi firmada parceria com a TEM Administradora de Cartões para venda de seguros fornecidos pela Generali, de forma exclusiva, em todo o território nacional com prazo de vigência de 20 anos.

Adicionalmente, foi firmada outra parceria com a UNIVIDA Seguros de Pessoas que tem como finalidade a estipulação de seguros de vida. Para celebração do acordo operacional as partes negociaram a migração da carteira estipulada na congênera Zurich Minas Brasil Seguros S.A. Esta parceria inicialmente vigorará por 10 anos conforme detalhado na Nota 14. Nesta operação foi firmado um acordo de cota parte com cessão de 70% à Mapfre Re do Brasil (para maiores detalhes vide Nota 11).

No segundo semestre de 2018 foi firmada parceria com as Lojas Americanas para atuar como representante da Generali na venda de seguros massificados em seu canal de distribuição, a parceria foi firmada pelo prazo de 5 anos. Também foi firmado acordo comercial com a Telefônica Brasil S.A. (VIVO) para comercialização de seguros junto aos seus clientes pelo prazo de 3 anos.

A Companhia conta ainda com o apoio de seu acionista controlador, que vem suprindo os recursos necessários para os importantes investimentos realizados no fortalecimento de seus sistemas, processos e governança, bem como suportar o ritmo de crescimento das operações, na direção da retomada da lucratividade e mantendo os níveis de solvência adequados, de acordo com as políticas do Grupo Generali e com os requerimentos legais.

**2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras**

**2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517 de 30 de julho de 2015 e alterações, os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) - (doravante "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP").

A Circular nº 517/15 e alterações, dispõe sobre normas contábeis e auditoria contábil independente das seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras; com efeitos a partir de 30 de julho de 2015, revogando a Circular SUSEP nº 508/15.

A autorização para conclusão da elaboração das demonstrações financeiras foi concedida pela Administração da Seguradora em 22 de fevereiro de 2019.

**2.2. Continuidade**

A Administração avaliou a habilidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

**2.3. Moeda funcional e de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do ambiente econômico primário, ou principal, no qual a Seguradora atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras da Seguradora estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e moeda de apresentação da Seguradora.

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos ou perdas de conversão de saldos, denominados em moeda estrangeira, resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço, são reconhecidos no resultado do período.

**2.4. Base para mensuração**

Os valores contidos nas demonstrações financeiras são expressos em Reais (R\$), arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma, e foram elaborados de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial:

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP.

Conforme permitido pelo CPC 11 - Contratos de Seguro, a Seguradora aplicou as práticas contábeis adotadas no Brasil aos seus contratos de seguro, de acordo com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis.

Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, dentre outros, a avaliação de passivos de contratos de resseguros, a determinação do valor justo de ativos financeiros e de instrumentos financeiros, vida útil dos ativos intangíveis, o teste de perda do valor recuperável de ativos não financeiros, provisão para contingências e tributos diferidos ativos.

A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá sofrer alteração em relação ao valor estimado em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação, conforme comentado na Nota 3.

**2.5. Disponível**



## Generali Brasil Seguros S.A.

CNPJ (MEF) 33.072.307/0001-57

Sede Social: Av. Rio Branco, 128 - 7º andar

Rio de Janeiro - RJ - CEP 20040-002 - Tel. (21) 2508-0100

A Seguradora avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado (*impaired*).

### 2.6.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### 2.6.4. Impairment de ativos financeiros

#### i) Ativos negociados ao custo amortizado

A Seguradora avalia semestralmente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios utilizados pela Seguradora para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem, mas não se limitam a:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador.
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento de juros ou principal.
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.
- Dados indicando que há redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados com base na carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial, incluindo: (a) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (b) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos da carteira.

A Seguradora avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

A provisão para redução do valor recuperável sobre prêmios a receber é constituída com base em estudo técnico pela área atuarial que leva em consideração o histórico de perdas e os riscos de inadimplência da Companhia aplicados a percentuais estipulados. Para os créditos a receber com resseguradores, a provisão para redução ao valor recuperável é constituída com base em estudo técnico pela área atuarial que leva em consideração o histórico de recuperações e os riscos de inadimplência das contrapartes aplicados a percentuais estipulados, conforme descrito em Nota Técnica Atuarial.

### 2.7. Ativos relacionados a resseguros

O objetivo do resseguro é otimizar o uso do capital cedendo parte do risco de subscrição a contrapartes selecionadas e pré-aprovadas pela Matriz, respeitando o limite de retenção justo a SUSEP. Nessa operação, a seguradora objetiva diminuir suas responsabilidades na aceitação de um risco considerado excessivo ou perigoso, e cede a outro uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido.

Tecnicamente, o resseguro é um contrato que equilibra e dá solvência aos seguradores e evita, através da diluição dos riscos que haja quebra de generalizadas de seguradoras no caso de excesso de sinistralidade, como ocorrência de grandes tragédias ou de catástrofes, garantindo assim o pagamento das indenizações aos segurados. Em alguns casos, por força de contrato ou regulação, o resseguro passa a ser obrigatório.

Os passivos de seguros relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência do contrato de resseguro não exige as obrigações com os segurados. Já os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios acordado entre as partes em detrimento da capacidade de resseguro cedida pelos resseguradores à Generali.

Os ativos de resseguro representam os valores a receber das contrapartes (resseguradores) e são calculados considerando seus respectivos percentuais de participação em cada contrato de resseguro podendo este ser automático proporcional, não proporcional ou facultativo. Esses ativos são devidamente associados com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro.

Os ativos relacionados a resseguros são constantemente atualizados à medida que são feitos pagamentos a segurados e/ou exista movimentações nas reservas e submetidos a teste de *impairment*, sendo ajustados ao seu valor recuperável quando existe indicio de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados.

Em 2017 a Companhia alterou a metodologia de cálculo da redução ao valor recuperável considerando um estudo que leva em consideração as perdas históricas com ativos de resseguro. Tal mudança foi tratada como mudança de estimativa e tratada prospectivamente. A Companhia vem avaliando periodicamente a metodologia aplicada, sem alterações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

### 2.8. Teste de adequação do passivo

Conforme requerido pelo pronunciamento CPC 11 - Contratos de Seguro, em cada data de balanço, a Companhia elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data-base do teste, o qual deverá avaliar as obrigações decorrentes de contratos e certificados de seguros durante o período de vigência das apólices e o término de cobertura dos contratos vigentes.

O teste tem por finalidade verificar se os passivos relacionados aos contratos de seguro estão adequados e caso o resultado do teste aponte alguma insuficiência, esta deverá ser reconhecida diretamente no resultado mediante ajuste nos valores contabilizados de provisões técnicas.

A metodologia de cálculo considera a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas aloáveis relacionadas aos sinistros e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados, a Seguradora utilizou estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, IBNR e IBNeR. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer, incluindo as despesas administrativas foi comparado à soma das provisões técnicas PPNG e PPNG-RVNE. Para a projeção da sinistralidade dos sinistros a ocorrer, foi considerada a melhor estimativa da série histórica compreendida entre o último mês e até os últimos 36 meses de análise. Os contratos e certificados relativos aos ramos DPVAT e SFH/SH não foram objetos de análise, conforme previsto na Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações.

As regras e os procedimentos para a elaboração do teste de adequação do passivo foram instituídos pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações.

O teste de adequação dos passivos de 31 de dezembro de 2018 indicou que as provisões constituídas nesta data-base, eram insuficientes para garantir o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorriam do cumprimento dos contratos de seguro descontados pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco, havendo necessidade de constituição da Provisão Complementar de Cobertura (PCC) no montante de R\$2.377 (R\$5.348 em 31 de dezembro de 2017).

### 2.9. Intangível

O ativo intangível é representado por gastos com implantação de sistemas operacionais e por investimentos realizados em canais massificados conforme nova estratégia da companhia, firmando parceria para venda de seguros com exclusividade nos canais de distribuição do Banco BMG e da TIM Celular em 2017 e da TEM, UNIVIDA e Lojas Americanas em 2018. Ressalta-se que os gastos associados à manutenção de sistemas são reconhecidos como despesa na medida em que são incorridos. Os gastos associados a sistemas identificáveis e únicos, controlados pela Seguradora, que gerarão benefícios econômicos futuros maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos com desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada (vida útil definida), não superior a cinco anos e são alocados às suas respectivas unidades geradoras de caixa e avaliados para *impairment* periodicamente pela Seguradora. Os custos com o direito de uso dos canais de distribuição do Banco BMG são amortizados proporcionalmente à produção, uma vez que o contrato estabelece um valor mínimo de prêmios emitidos, correlacionando a receita com consumo dos benefícios econômicos futuros em linha com pronunciamento contábil CPC 04 (R1) - Ativo Intangível.

Os custos com o direito de uso dos demais canais de distribuição são amortizados pelo método linear de acordo com o prazo do contrato, pois não há a correlação em contrato da receita de prêmios emitidos com o consumo dos benefícios econômicos futuros.

### 2.10. Custos de aquisição diferidos

As despesas de comercialização diferidas são constituídas pelas parcelas dos custos relacionados à corretagem de seguro na aquisição de contratos de seguros, cujo período do risco ainda não decorreu, sendo apropriadas ao resultado conforme a vigência decorrida. O prazo médio de diferimento é de 12 meses em linha com a composição predominante dos negócios da Companhia que tem vigência anual, com forte concentração nas carteiras de automóveis e vida/prestamista.

### 2.11. Salvados

A Companhia detém certos ativos que são mantidos para a venda, oriundos de estoques de salvados recuperados após o pagamento de sinistros aos segurados e aos seus reclamantes. Esses ativos são avaliados ao valor justo, deduzido de custos diretamente relacionados à venda do mesmo e que são considerados necessários para que a titularidade do ativo seja transferida para terceiros. A provisão para redução do valor recuperável de salvados é constituída, quando necessário, em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos salvados, considerando os riscos envolvidos.

### 2.12. Imobilizado

O ativo imobilizado compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios. O imobilizado de uso, em geral, é demonstrado ao custo histórico. Os imóveis (terrenos e edificações) são demonstrados ao custo histórico reavaliado até 31 de dezembro de 2004, com base em laudos de peritos independentes e a última registrada em 2004. Com a edição da Lei nº 11.638/07 não serão efetuadas novas reavaliações.

O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados ao item do ativo irão fluir para a Seguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa de depreciação (a.a.)	Anos
Edificações	2,5%	40
Equipamentos de informática	20%	5
Móveis, máquinas e utensílios	10%	10
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	5
Outras imobilizações	20%	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, a cada data de balanço.

### 2.13. Impairment de ativos não financeiros

Ativos não financeiros (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados para *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do período pela diferença entre o valor contábil e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). Para fins de testes de *impairment* de ativos não financeiros, os ativos são agrupados no menor nível para o qual a Seguradora consegue identificar fluxos de caixa individuais gerados dos ativos, definidos como Unidades Geradoras de Caixa (CGUs).

### 2.14. Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias e depósitos judiciais

A Seguradora reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida, a Seguradora não reconhece a provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a esse valor é material.

A Seguradora constituiu provisões para desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados como descrito a seguir:

#### 2.14.1. Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos ("transitado em julgado"), caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento.

#### 2.14.2. Passivos contingentes

Segundo o CPC 25, uma provisão contingente de natureza trabalhista, cível e tributária é reconhecida quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de evento passado, cujo valor tenha sido estimado com segurança e que seja provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece a provisão. As ações são classificadas de acordo com as perspectivas de perda da Seguradora em "provável", "possível" ou "remota".

No que se refere às ações de naturezas trabalhista, tributária e cível não ligadas a sinistros, apenas as ações com prognóstico de perda "provável" são objeto de provisionamento integral do valor em risco, no passivo não circulante.

#### 2.14.3. Obrigações legais, fiscais e previdenciárias

Decorrem de processos relativos a tais matérias cujo objeto de contestação seja sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo.

### 2.15. Provisões técnicas - seguros e resseguros

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros são constituídas de acordo com as determinações da Resolução CNSP nº321, de 15 de julho de 2015 e alterações, e com a Circular SUSEP nº 517 de 30 de julho de 2015 e alterações, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA):

#### 2.15.1. Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo. Esta provisão é obtida a partir da parcela de prêmios de seguro correspondente ao período de risco ainda não decorrido, calculado com base no critério *pro rata die* para todos os ramos de seguros. A Seguradora adota a redução dos custos iniciais de contratação do prêmio-base de cálculo da PPNG.

#### 2.15.2. Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE)

A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada com base em estudo técnico atuarial, cuja metodologia de cálculo encontra-se escrita em nota técnica atuarial definida pelo atuar responsável da Seguradora, em consonância com a Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações, e Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações.

#### 2.15.3. Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) deve ser constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, decorrentes do valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP).

#### 2.15.4. Provisão de Excedentes Técnicos (PET)

A Provisão de Excedentes Técnicos (PET) é constituída para os contratos que possuem a previsão contratual de distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico de apólice.

### 2.15.5. Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

#### i) Processos administrativos

É constituída, caso a caso, para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos aos pagamentos dos sinistros avisados, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e das operações de cosseguro cedido.

A provisão contempla, quando necessário, os ajustes de IBNER para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final ou quando ocorrer algum fato que impeça a baixa dos sinistros de forma individualizada e tempestiva no sistema operacional da Companhia.

#### ii) Processos judiciais

É estimada a partir da análise do departamento jurídico da Seguradora ao receber a citação de um novo processo, avaliando-se a probabilidade de perda e o valor máximo de responsabilidade, considerando-se na análise, o pedido do autor, os subsídios técnicos, as provas, o capital segurado e a jurisprudência.

A Seguradora adota o critério de contabilização das provisões referente aos processos de sinistros, calculando com base em dados históricos, o percentual de perdas inicialmente classificadas como prováveis, possíveis e remotas, que a Companhia acaba por efetuar algum pagamento.

Tais percentuais foram atualizados para 31 de dezembro de 2017. O estudo é verificado periodicamente e não havendo alterações para o exercício findo de 2018, tendo como resultado as seguintes perdas históricas:

Perda provável	75% do valor em risco
Perda possível	50% do valor em risco
Perda remota	15% do valor em risco

Como as causas dessa natureza não possuem data de vencimento, podendo ser executadas ou feitos acordos judiciais a qualquer tempo (neste último caso, não incluídas as ações tributárias), a Administração adota como política, de forma consistente ao longo dos anos, a classificação dessa provisão no passivo circulante.

### 2.15.6. Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER)

#### i) Ajustes decorrentes de IBNER

Contempla os ajustes de IBNER, para os sinistros avisados e ainda não pagos, quando necessário, em decorrência da adequação da provisão até a respectiva liquidação final, conforme descrito na nota técnica atuarial de IBNER.

#### ii) Salvados e/ou ressarcimentos

A PSL para salvados e/ou ressarcimentos é constituída, caso a caso, para a expectativa de venda do salvado e/ou recuperação do ressarcimento, conforme o valor apurado na data do registro do salvado e/ou ressarcimento, até a sua respectiva liquidação total.

A provisão contempla os ajustes de IBNER (Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final.

A Companhia atualizou em 2017 a metodologia de cálculo para estimativa da provisão de IBNER, sem atualizações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, com base na estimativa dos sinistros ocorridos e não pagos (IBNP), subtraindo o saldo da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) e o saldo da provisão de Sinistros ocorridos e não avisados (IBNR). Para a apuração do IBNP a Companhia utiliza o método dos triângulos de *run-off*, que considera o desenvolvimento histórico dos sinistros para estabelecer a projeção futura destes sinistros por períodos de ocorrência.

A provisão é calculada de acordo com os métodos atuariais previstos em nota técnica atuarial.

### 2.15.7. Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)

A provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido. A provisão é calculada de acordo com os métodos atuariais previstos em nota técnica atuarial e contempla estimativa para os valores relativos a indenizações e despesas, considerando os sinistros administrativos e judiciais.

A Companhia alterou a metodologia de cálculo em 2017 para estimativa da provisão dos sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), sem atualizações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, com base no método dos triângulos de *run-off*, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros reportados para estabelecer a projeção futura destes sinistros por períodos de ocorrência.

A expectativa de recebimento de salvados e ressarcimentos deve ser apurada com base em metodologia definida em nota técnica atuarial e registrada como ajuste de salvados e ressarcidos na provisão de IBNR.

### 2.15.8. Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)

A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros contemplando as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro e também despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada.

#### 2.15.9. DPVAT

As operações do seguro DPVAT, incluindo as respectivas provisões técnicas, são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

### 2.16. Capital social

As ações ordinárias emitidas pela Seguradora são classificadas como um componente do patrimônio líquido, quando a Seguradora não possuir a obrigação de transferir caixa ou outros ativos para terceiros. Custos adicionais, diretamente atribuíveis à emissão das ações próprias são registrados no patrimônio líquido, deduzidos dos recursos recebidos.

O montante total do capital pertencente aos acionistas domiciliados no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

De acordo com as disposições estatutárias, cada ação corresponde a um voto nas Assembleias Gerais.

### 2.17. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e inclui:

- Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização, contabilizados por ocasião da vigência do risco, fatura ou por estimativa nos casos em que o risco coberto somente é conhecido após o decorso do período de cobertura ou a emissão de apólice, o que ocorrer antes, são reconhecidos nas contas de resultado pelo valor proporcional ao prazo de vigência da apólice. O imposto sobre Operações Financeiras (IOF) a recolher incidente sobre os prêmios a receber é registrado no passivo da Seguradora e é retido e recolhido simultaneamente ao recebimento do prêmio, não afetando o resultado.

- As receitas e despesas decorrentes de operações de seguros do ramo DPVAT são contabilizadas com base nos informes recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT.

- A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido, como resultado de perda por *impairment*, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado.

- Os juros cobrados sobre os prêmios fracionados são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.

### 2.18. Tributos

As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente.

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Os passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

### 3. Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de alto grau de julgamento da Administração na utilização de determinadas políticas contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que venham a requerer um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou do passivo a serem afetados em períodos futuros.

No processo de aplicação das práticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos, além daqueles que envolveram estimativas e premissas, que tiveram os principais efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

#### a) Provisões técnicas

As provisões técnicas foram constituídas de acordo com as determinações da Circular SUSEP nº 517/15 e alterações, e da Resolução CNSP nº 321/15 e alterações, com base em premissas, critérios e metodologias em conformidade com as melhores práticas do mercado de seguros, e documentadas em Notas Técnicas Atuariais (NTA).

Em relação à provisão de sinistros a liquidar (PSL), a constituição é realizada com base na estimativa de pagamentos para a liquidação de sinistros avisados até a data do balanço, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguros e líquidos das recuperações de cosseguro cedidos, abrangendo os valores relativos a indenizações e incluindo atualizações monetárias e juros. Já a provisão de IBNR é constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data do balanço, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguros e líquidos das recuperações de cosseguro cedidos.

A constituição da provisão de IBNR é realizada com base na metodologia de sinistros ocorridos e ainda não pagos (IBNP) subtraindo-se o saldo da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) na data-base do cálculo. A apuração do IBNP é realizada pela estimativa dos valores finais de sinistros já ocorridos e ainda não pagos, através da metodologia de Chain Ladder, utilizando técnicas atuariais de triângulos de *run-off* trimestrais, que consideram o desenvolvimento dos sinistros ocorridos na Companhia nos últimos 12 anos (entre 2007 e 2018). A principal premissa considerada pelas referidas técnicas é a de que a experiência passada sobre o desenvolvimento dos sinistros da Companhia pode ser utilizada para projetar valores finais dos sinistros ocorridos em períodos mais recentes e ainda não totalmente desenvolvidos.

A provisão de prêmios não ganhos dos riscos vigentes e emitidos (PPNG-RVE) é constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo. A provisão é calculada *pro rata die*, com base no valor do prêmio comercial, bruto das operações de cosseguro aceito e de resseguro e líquido das operações de cosseguro cedido e da parcela do prêmio definida como receita destinada à recuperação dos custos iniciais de contratação. Já a provisão de prêmios não ganhos de riscos vigentes mas não emitidos (PPNG-RVNE) corresponde a uma parcela estimada da PPNG referente a riscos cuja vigência já tenha se iniciado, mas cuja emissão ainda não tenha ocorrido. A PPNG-RVNE foi estimada com base em metodologia envolvendo a construção de triângulos de *run-off* mensais, compreendendo período de 24 meses de histórico. Os triângulos foram elaborados com base no intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices.

#### b) Vida útil dos ativos imobilizado e intangível

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

#### c) Provisão para recuperação de ativos de seguros, resseguros e cosseguros

Essas provisões são fundamentadas em análise do histórico de perdas monitorado pela Administração, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos valores a receber relativos a operações com seguros e cosseguros. Essas análises são revisadas periodicamente, sem alterações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

#### d) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

#### e) Provisões para contingências

A Seguradora está sujeita a reivindicações legais (cíveis, trabalhistas e tributárias) cobrindo assuntos que advêm do curso normal das atividades de seus negócios, sendo que a avaliação dos riscos envolvidos engloba considerável julgamento por parte da Administração. Tal procedimento é necessário tendo em vista ser provável que, como resultado de um acontecimento passado, uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências apresentadas, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos Tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de Tribunais. Os resultados reais podem ser diferentes das estimativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Seguradora revisa suas estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

#### f) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Seguradora

O CPC 06 (R2)/ IFRS 16 - "*Leasing*", emitida em janeiro de 2016, estabelece que todos os arrendamentos serão reconhecidos no balanço patrimonial do arrendatário, sendo registrado um passivo para pagamentos futuros e um ativo intangível para o direito de uso. A definição de arrendamento abrange todos os contratos que dão direito ao uso e controle de um ativo identificável, incluindo contratos de locação e, potencialmente, alguns componentes de contratos de prestação de serviços. A nova norma passa a vigor

**Generali Brasil Seguros S.A.**

CNPJ (ME) 33.072.307/0001-57

Sede Social: Av. Rio Branco, 128 - 7º andar

Rio de Janeiro - RJ - CEP 20040-002 - Tel. (21) 2508-0100

Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos da Seguradora conta com a participação de todas as camadas abrangendo desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos, além de contar com o apoio da estrutura de Controles Internos e *Compliance* da Seguradora.

A estrutura do processo de gerenciamento de riscos da Seguradora permite que os riscos de seguro, crédito, liquidez e mercado sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

Em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos ofertados, as atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos são aprimoradas continuamente, buscando as melhores práticas do mercado utilizadas nacional e internacionalmente, adaptadas à realidade da Seguradora no Brasil.

**4.1. Risco de seguro**

O gerenciamento de risco de seguro é um aspecto crítico no negócio. Para uma proporção significativa dos contratos de seguro de ramos elementares e vida, o fluxo de caixa está vinculado, direta ou indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos.

A teoria de probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento das operações de seguros. O principal risco é que a frequência ou severidade de sinistros/benefícios seja maior do que o estimado. O risco de seguro geral inclui a possibilidade razoável de perda significativa devido à incerteza na frequência da ocorrência dos incidentes segurados bem como na gravidade das reclamações resultantes.

Para efeito de testes de sensibilidade, foram utilizadas as premissas de 10% de aumento/redução na sinistralidade. Seguem os efeitos:

Variáveis	Premissas	Resultado após agravou/redução R\$	Efeito no resultado %	Efeito no PL %
Sinistralidade global	Agravo de 10%	(82.818)	332	(15)
Sinistralidade global	Redução de 10%	44.156	(332)	15

**4.1.1. Estratégia de subscrição**

A Seguradora tem todas as suas políticas de subscrição descritas em manuais técnico operacionais dos diversos produtos. Eles estabelecem os critérios de subscrição, de precificação, de enquadramento e classificação dos riscos e os chamados *guidelines*. Tais manuais, além de ser um instrumento de trabalho dos subscritores, estão disponíveis a qualquer funcionário da Seguradora na intranet, podendo ser consultados a qualquer momento por qualquer um.

Um *checklist* e uma série de requisitos são exigidos para a avaliação de cada tipo de risco, respeitando-se as características de cada um. Se requisitos importantes de qualificação e que possam permitir a melhor análise e classificação do risco não são atendidos, o risco deverá ser recusado.

Além das características intrínsecas ao risco que se quer segurar, são avaliadas as experiências pretéritas do risco e de seus gestores. A qualidade na gestão e proteção do risco e a situação econômico-financeira são também analisadas e assumem maior ou menor peso, de acordo com o tipo do risco, o segmento inserido e o montante a segurar.

A precificação é um importante requisito para uma correta subscrição, de modo a garantir o equilíbrio atuarial da Seguradora e que cumprirá todos os seus compromissos com os Segurados. Entretanto, a precificação, por si só, ainda que aparentemente adequada e atuarialmente sustentável, pode não ser suficiente para a garantia da saúde financeira da Seguradora. Neste contexto, a correta análise e diagnóstico do risco e sua adequada classificação, considerados os seus aspectos como o potencial de causar danos ou de ser consumido em decorrência de eventos futuros e incertos não são menos importantes.

**4.1.2. Estratégia de resseguro**

O objetivo do resseguro é otimizar o uso do capital de risco cedendo parte do risco de subscrição a contrapartes selecionadas, minimizando, ao mesmo tempo, o risco de crédito associado a tal operação.

Visto que a segurança é um requisito de fundamental importância em qualquer transação de transferência de riscos, o risco de crédito da contraparte é um tópico-chave de resseguro e o Resseguro do Grupo instrui o uso de resseguradoras preferenciais, com as quais o Grupo mantém uma relação geral ampla e que possuem registros de desempenho satisfatório em termos de qualidade de serviços e pagamento de perdas. Esses resseguradores são constantemente reavaliados pela Matriz e o seu *rating* é considerado para que a Generali defina as capacidades de cada ressegurador por linha de negócio.

Os contratos de resseguro, sejam eles proporcionais, não proporcionais e/ou facultativos são revisados e renovados anualmente de forma que a área de resseguro consiga avaliar o resultado do contrato e as possíveis alterações nos termos e condições com o objetivo de atender às necessidades de cada área de negócio, mas sempre mantendo a retenção da Seguradora em níveis autorizados pela Superintendência.

Os contratos facultativos são utilizados somente quando existe a necessidade de capacidade adicional ao contrato automático de forma a obter uma participação na apólice original.

**4.1.3. Gerenciamento de riscos por segmento de negócios**

O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento, quais sejam: (a) análises de sensibilidade; (b) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros); e (c) casamento de ativos e passivos. Além disso, o teste de adequação do passivo é realizado, anualmente, com o objetivo de averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas.

Os principais segmentos de gestão de riscos de seguro estão estruturados entre os ramos de atuação da Seguradora, conforme descrito na Nota 23.

**4.2. Riscos de seguros gerais**

O risco de seguros gerais inclui a possibilidade razoável de perdas significativas devido à incerteza na frequência da ocorrência dos eventos segurados, bem como na gravidade dos eventos resultantes, sinistros imprevistos resultantes de um risco isolado, precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos, políticas de resseguro ou técnicas de transferência de riscos inadequadas, como também provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas.

Os departamentos técnicos da Seguradora monitoram e avaliam a exposição de risco sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros, resseguro e provisões técnicas de seguros e resseguros.

Os departamentos técnicos desenvolveram mecanismos que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas.

Há monitoramento e reação de forma tempestiva às mudanças nos ambientes econômicos e comerciais, assegurando um alto padrão de análise e aceitação de riscos.

Visão geral das principais linhas do grupo de negócios:

**4.2.1. Seguros de pessoas**

A Seguradora opera com apólices coletivas destinadas, principalmente, a cobrir os empregados e dirigentes de empresas, sendo seu maior foco os grupos que possuem relação entre empregado e empregador. A Seguradora tem como alvos as pequenas e médias empresas, além do segmento de empresas multinacionais, aproveitando a rede mundial da Generali, conhecida mundialmente por "*Generali Employee Benefits*" (GEB).

Outras operações significativas no Ramo de Pessoas são as apólices coletivas de seguro e bilhetes prestamista destinadas aos clientes dos parceiros dos canais massificados.

As principais coberturas oferecidas são morte, morte acidental, invalidez por acidente e invalidez funcional por doença, cabendo destaque para o pós-vida, seguro que garante a realização dos serviços funerários, sem a necessidade de desembolso por parte dos beneficiários do segurado. Trata-se de produto de alto valor agregado. Outros serviços de assistência são ainda agregados ao seguro de vida de acordo com a opção do contratante.

**4.2.2. Seguro de automóvel**

A Seguradora opera nos ramos de Automóvel, Responsabilidade Civil Facultativa (RCF) e Acidentes Pessoais Passageiros (APP). Atualmente, tem sede na cidade do Rio de Janeiro, com sucursais e escritórios nas principais cidades do Brasil.

A Seguradora disponibiliza a comercialização dos seus produtos para pessoas físicas e jurídicas, esta última concentrada na modalidade de frotas. E disponibilizada a contratação para veículos de passeio, picapes e caminhões.

Quanto à gestão de riscos, adota-se mecanismos que possibilitam uma melhor aceitação, proporcionando uma carteira saudável com mais segurança e visando à maximização da rentabilidade para seus administradores.

Partindo desta premissa, busca-se sanear a carteira, adotando políticas de subscrição mais rigorosas, além de automatizar a análise e aceitação do risco através de árvore de decisão que permite padronizar os processos que envolvam o gerenciamento do risco. O sistema corporativo está parametrizado para consultas a bases externas, que possibilitam um conhecimento mais detalhado do risco em análise, dentro da política de aceitação, com intuito de maximizar o retorno para a Seguradora.

Além disso, a Seguradora estabelece como pilares estatísticos e atuariais, premissas como a utilização de bases de dados internos e externos disponibilizados pelo mercado para determinação de um modelo de custo, considerando as frequências e os danos médios de sinistros por naturezas, sustentando a construção de prêmios comerciais com intuito de obtenção de um equilíbrio econômico-financeiro para a carteira de automóveis.

Cabe ressaltar que a Seguradora adota rotinas de testes de aderência do modelo para avaliar os impactos nos resultados, seguindo uma metodologia de simulação da carteira a valor presente objetivando diagnósticos de correções tarifárias e projeções.

**4.2.3. Seguro de ramos elementares**

A Seguradora oferece uma gama de produtos focados nos segmentos residencial, responsabilidade civil e riscos de engenharia, os quais são denominados multiriscos.

**4.2.3.1. Multiriscos**

A Seguradora oferece um leque de produtos denominados Multiriscos, que obedecem a tarifas próprias conforme o segmento de atuação de cada segurado. Dentro do conceito multiriscos, cada respectivo produto é composto das mais variadas coberturas voltadas para o atendimento das necessidades de proteção dos segurados frente aos mais variados tipos de risco. Trata-se de um leque de coberturas onde o cliente opta por aquelas de sua escolha (sendo a básica uma conjugação de Incêndio/Queda de Raio/Explosão/Queda de Aeronaves) estipulando seus respectivos Limites Máximos de Indenização (LMI), que correspondem ao valor máximo a ser indenizado para a reposição de seus bens. Conforme o tipo de cobertura, os produtos preveem limites máximos de LMI a serem contratados, que definem o nível máximo de exposição que se pretende assumir, além de franquias próprias que visam uma coparticipação do segurado nos respectivos prejuízos indenizáveis na ocorrência de sinistros.

Riscos nomeados e operacionais: O Produto de Riscos Nomeados e Operacionais é distribuído pelo segmento de "Global Corporate" da Generali, dedicado exclusivamente a atender grandes empresas e grandes conglomerados (inclusive clientes internacionais cujo seguro seja parte de um programa mundial), atuando nas mais diversas atividades existentes no parque industrial do país, que podem variar desde hospitais e metalúrgicas, até o segmento químico, farmacêutico, alimentício etc. Da mesma forma que o produto Multiriscos, as apólices de Riscos Nomeados e Operacionais possuem coberturas específicas voltadas ao atendimento das mais variadas necessidades estipuladas por nossos clientes. São exemplos de coberturas adicionais: lucros cessantes, danos elétricos, vendaval, quebra de máquinas, recomposição de registros e documentos, roubo de bens, extravasamento de materiais em estado de fusão, tumultos, entre outras. Estes produtos obedecem a tarifas próprias obtidas através da experiência de suas respectivas carteiras, medida através das bases de dados da Seguradora. O processo de subscrição segue critérios que avaliam as características de cada risco onde são considerados, além do estado de uso e conservação do local, outros pontos conforme o tipo de seguro a ser contratado, como por exemplo: região de localização, tipo de proteção contra incêndio e proteção patrimonial existente, manutenção e uso e conservação das instalações e maquinários, a existência ou não de gargalos no processo, regime de trabalho, análise e cenário de perda máxima possível e dano máximo provável, condições da vizinhança, isolamentos internos, saúde financeira da empresa, entre outros.

Os preços dos seguros são determinados conforme o tipo de risco em questão, como por exemplo, tipos de residência, tipos de atividade empresarial desenvolvida, tipos de condomínio, e vão se tornando personalizados à medida que os riscos vão se diferenciando por outras características como, por exemplo, tipo de construção, boa experiência de sinistralidade, variedade de meios de proteção contra incêndio e acidentes, variedade de sistemas de proteção contra roubo, localização e exposição a efeitos climáticos ou catástrofes naturais, isolamento, "*layout*" e boas práticas de "*housekeeping*", perda máxima, dano máximo, distância de socorro externo, entre outros.

O produto residencial conta ainda com um amplo leque de serviços de assistência que oferece opções como chaveiros, eletricitistas, encanadores, *checkup* domiciliar e etc.

**4.2.4. Demais ramos**

A Seguradora conta também com outros produtos de ramos elementares para o atendimento às necessidades de seus clientes, como por exemplo, seguro para Equipamentos e Máquinas (Riscos Diversos).

**4.2.4.1. Responsabilidade Civil ("RC")**

A Seguradora oferece a seus clientes dos mais variados segmentos empresariais, seja indústria, comércio ou serviço, um produto que conta com amplo leque de coberturas, como por exemplo, RC operações, RC empregador, RC produtos, RC garagista, RC prestação de serviços em locais de terceiros entre outras. Neste quesito, diversos pontos são avaliados durante a subscrição como as características de cada atividade, experiência em seu segmento, boa sinistralidade, porte, indicadores de qualidade, entre outros.

**4.2.4.2. Risco de engenharia**

A Seguradora oferece leque de coberturas voltado para seguro de obras civis e instalações e montagens, tais como básica (danos causados à obra), tumultos, equipamentos, despesas extraordinárias, entre outras. Trata-se de tarifa específica onde as características de cada obra determinam a melhor formatação do seguro. Durante a subscrição, diversos fatores são avaliados para fins de aceitação e melhor dimensionamento do seguro como tipo de obra, experiência do construtor, topografia de terreno, tipo de solo, entre outros.

Todos os produtos aqui descritos possuem suas respectivas coberturas e planos de resseguro devidamente dimensionados, cujas modalidades e retenções são definidas conforme o perfil e tipo de carteira específica.

**4.3. Risco financeiro**

A exposição do risco financeiro está diretamente ligada à sua carteira de aplicação financeira. Buscando mitigar o risco adotamos uma política de conservadorismo, onde 93% dos investimentos estão concentrados em títulos públicos federais, além de levarmos em consideração os instrumentos regulatórios estipulados pelo órgão regulador bem como a conjuntura econômica vigente que será determinante para avaliar o risco e a rentabilidade dos ativos.

A política de gestão do risco financeiro - definida em reuniões do Comitê de Investimentos, alinhada com as políticas do Grupo Generali - estabelece os limites apropriados de risco e assegura que estes sejam seguidos a fim de evitar perdas decorrentes de oscilações de preços de mercado que venham a impactar os resultados de forma adversa. A gestão de risco é realizada pela área de Tesouraria e Investimento da Seguradora e visa proteger e assegurar os ganhos.

**4.4. Risco de crédito**

Risco de crédito é a possibilidade da contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Seguradora.

As áreas-chave em que a Seguradora está exposta ao risco de crédito são:

- Ativos financeiros.
- Ativos de resseguro.
- Prêmios de seguros.

O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por agências avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's*, *Moody's* entre outras. Além disso, é avaliada a concentração de exposições por setor da indústria e região geográfica.

**Exposições ao risco de crédito**

A Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa restrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições de suas contrapartes de resseguro, limitando as resseguradoras que poderão ser usadas, e o impacto do inadimplemento das resseguradoras é avaliado regularmente.

A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Companhia, distribuídos por *rating* de crédito fornecidos pela agência de risco *Fitch* para os saldos de caixa e equivalentes de caixas e aplicações financeiras e agências AMBest, *Moody's* e *Standard & Poor's* para os saldos relacionados aos ativos de resseguro:

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	AAA	AA+/AA-/A-	BBB+/BBB-	Sem rating	31/12/2018
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>					
Fundo fixo	-	-	-	12	12
Banco do Brasil S.A.	-	2.050	-	-	2.050
Banco Bradesco S.A.	471	-	-	-	471
Caixa Econômica	-	69	-	-	69
Banco Itaú S.A.	20	-	-	-	20
Banco Santander S.A.	-	7.440	-	-	7.440
Banco Regional de Brasília	-	3	-	-	3
Quotas de FI renda fixa - DPVAT	-	-	-	86.721	86.721
<b>Quotas de fundo de investimento exclusivo</b>					
Letras Financeiras de Tesouro - LFT	-	-	201.426	-	201.426
Quotas de fundos de investimento aberto	23.855	-	-	-	23.855
<b>Quotas de fundos de investimento público</b>					
Notas do Tesouro Nacional NTN-B	-	-	20.336	-	20.336
Notas do Tesouro Nacional NTN-F	-	-	105.568	-	105.568
Prêmios a receber de segurados	-	-	-	189.199	189.199
<b>Ativos de resseguro</b>					
Assicurazioni Generali S.P.A.	-	692	-	-	692
Austral Resseguradora S.A.	-	1.578	-	-	1.578
Everest Reinsurance Company	-	84	-	-	84
Generali Itália	-	22	-	-	22
Hannover Rückversicherung Ag	-	366	-	-	366
Irb Brasil Resseguros S.A.	-	15.833	-	-	15.833
Liberty Sindicatos	-	3	-	-	3
Lloyd'S	-	225	-	-	225
Mapfre Re Companhia de Resseguros S.A.	-	651	-	-	651
Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros	-	4.467	-	-	4.467
Markel Resseguradora do Brasil	-	36	-	-	36
Münchener Rück do Brasil Resseguradora S.A.	-	136	-	-	136
Munich Re do Brasil Resseguros S.A.	-	28.103	-	-	28.103
Odyssey America Reinsurance Corporation	-	28	-	-	28
Scor Brasil Resseguros S.A.	-	43	-	-	43
Scor Reinsurance Company	-	351	-	-	351
Sirius America Insurance Company	-	10	-	-	10
Swiss Re Brasil Resseguros S.A.	-	2.427	-	-	2.427
Swiss Reinsurance America Corporation	-	5	-	-	5
Swiss Reinsurance Company	-	2	-	-	2
Transatlantic Reinsurance Company	-	10	-	-	10
XI Re Latin America Ltd.	-	27	-	-	27
XI Resseguros Brasil S/A	-	19	-	-	19
Exposição máxima ao risco de crédito	24.346	64.680	327.330	275.932	692.288

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	AAA	AA+/AA-/A-	BBB+/BBB-	Sem rating	31/12/2017
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>					
Fundo fixo	-	-	-	15	15
Banco do Brasil S.A.	-	4.441	-	-	4.441
Banco Bradesco S.A.	339	-	-	-	339
Caixa Econômica	-	66	-	-	66
Banco Santander S.A.	-	-	-	5.377	5.377
Banco Regional de Brasília	-	3	-	-	3
Títulos privados	-	177	-	-	177
Quotas de FI renda fixa - DPVAT	-	-	-	84.405	84.405
Quotas de fundo de investimento exclusivo					
Letras Financeiras de Tesouro - LFT	-	-	216.150	-	216.150
Quotas de fundos de investimento aberto	23.005	-	-	-	23.005
Quotas de fundos de investimento público					
Notas do Tesouro Nacional NTN-B	-	-	18.850	-	18.850
Notas do Tesouro Nacional NTN-F	-	-	61.831	-	61.831
Prêmios a receber de segurados	-	-	-	164.387	164.387
<b>Ativos de resseguro</b>					
Partner Re Reinsurance Europe Limited	-	2	-	-	2
Transatlantic Reinsurance Company	-	2	-	-	2
XL Re Latin America Ltd.	-	5	-	-	5
Liberty Sindicatos	-	5	-	-	5
Sirius America Insurance Company	-	7	-	-	7
XL Resseguros Brasil S.A.	-	14	-	-	14
Markel Resseguradora do Brasil	-	52	-	-	52
Odyssey America Reinsurance Corporation	-	92	-	-	92
Everest Reinsurance Company	-	111	-	-	111
Austral Resseguradora S.A.	-	2.156	-	-	2.156
Münchener Rück do Brasil Resseguradora	-	143	-	-	143
Scor Brasil Resseguros S.A.	-	256	-	-	256
Swiss Re Brasil Resseguros S.A.	-	1.627	-	-	1.627
Mapfre Re do Brasil	-	1.501	-	-	1.501
Lloyd'S	-	500	-	-	500
Assicurazioni Generali S.P.A.	-	665	-	-	665
Hannover Rückversicherung Ag	-	865	-	-	865
Scor Reinsurance Company	-	1.002	-	-	1.002
IRB Brasil Resseguros S.A.	-	11.536	-	-	11.536
Munich Re do Brasil Resseguros S.A.	-	33.740	-	-	33.740
Exposição máxima ao risco de crédito	23.344	58.968	296.831	254.184	633.327

**4.5. Risco de liquidez**

O risco de liquidez é o risco da Seguradora não ter recursos financeiros líquidos suficientes para cumprir suas obrigações ou ter de incorrer em custos excessivos para fazê-lo. A política da Seguradora é manter uma liquidez adequada e liquidez contingente para atender suas obrigações tanto em condições normais quanto de estresse. Para alcançar este objetivo, a Seguradora avalia, monitora e gerencia suas necessidades de liquidez em uma base contínua.

A Seguradora tem políticas de liquidez do Grupo e também diretrizes específicas sobre a forma de planejar, gerenciar e relatar sua liquidez local, propiciando recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento.

**i) Gerenciamento de risco de liquidez**

O gerenciamento diário do risco de liquidez é realizado pelo departamento financeiro e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizada na gestão das posições financeiras. O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para permitir à Seguradora liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira são estabelecidas premissas (acordo de datas de pagamento a fornecedores, dentre outras) de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Administração, considerando as previsões das exigências de liquidez da Seguradora para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A sobre de caixa é transferida para a conta centralizadora que investe em aplicações com incidência de juros, depósito a prazo e fundos de títulos públicos, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para atender às responsabilidades operacionais. De acordo com o órgão regulador e assumindo uma posição ainda mais conservadora, 95% da carteira da seguradora está aplicada em ativos de alta liquidez.

**ii) Exposição ao risco de liquidez**

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade da Seguradora de cobrir altas exigências de liquidez, por exemplo, no caso de um desastre natural.

A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

Os passivos financeiros da Seguradora, compostos, em sua totalidade, basicamente por provisões técnicas de seguros, possuem seus vencimentos alocados em um prazo inferior a 12 meses, alinhado com as características dos produtos comercializados pela Seguradora. Por este motivo, os instrumentos financeiros - aplicações financeiras, prêmios a receber e ativos de resseguro - são alocados na sua maioria com prazos similares, até 12 meses, de forma a minimizar riscos de liquidez. Embora a maior parte da carteira de investimentos da seguradora (93%) tenha títulos públicos com vencimentos acima de 12 meses, todos contam com liquidez diária.

O risco de liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes da inexistência de recursos suficientes para o cumprimento, nas datas previstas, dos compromissos assumidos.

Para mitigar esse risco, frequentemente são realizados estudos dos fluxos de movimentações financeiras esperadas em vários cenários, avaliando-se de forma conserv

**4.6. Risco de câmbio**

A Seguradora opera internacionalmente em operações do ramo de transporte internacional e operações de resseguro. A viabilização é feita através da conta em moeda estrangeira.

A Administração estabeleceu uma política que exige que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial em relação à moeda funcional. A área de Tesouraria administra as posições na conta em moeda estrangeira de forma a fazer frente às obrigações de médio prazo, evitando assim a exposição cambial local.

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas, contabilmente, para a moeda funcional da Seguradora, utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Eventuais ganhos ou perdas de conversão de saldos, resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço, são reconhecidos no resultado.

**4.7. Risco de mercado**
**i) Gerenciamento de risco de mercado**

O risco de mercado se refere à possibilidade de perda decorrente de oscilação de preços de *commodities*, taxas de juros e câmbio, em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras de ativo e passivo. Isso significa que o risco varia de acordo com as condições do mercado a que determinado investimento pode estar exposto.

**ii) Controle do risco de mercado**

O risco de mercado é controlado por meio de metodologias e modelos condizentes com a realidade do mercado nacional e internacional, gerando embasamento para as decisões estratégicas com agilidade e confiança. Dessa forma, permite uma melhor avaliação e definição dos limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais, e também o estabelecimento de limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas.

É feita a cotação do fundo exclusivo para garantir o enquadramento do investimento que busca atender aos quesitos de liquidez, segurança e rentabilidade. O controle do risco de mercado é acompanhado pela Área Financeira através da gestão da política de investimento a ser cumprida pelo gestor de recursos, garantindo a otimização dos resultados, avaliando os limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais, os limites de *Value at Risk* (VaR) e a liquidez.

Os ativos estão vinculados às reservas técnicas e totalmente alinhados com as leis estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Além disso, as aplicações financeiras oferecidas em garantia das reservas técnicas da Seguradora estão registradas na B3 S.A. - Bolsa, Brasil, Balcão, sob a custódia do Banco Santander.

O custo de oportunidade utilizado pela Seguradora para avaliar os investimentos é a taxa referencial de juros do mercado. Com base em análises de cenários, a Seguradora define mudanças razoáveis nas taxas de juros e calcula o impacto sobre o resultado.

**Teste de sensibilidade**

Para efeito de testes de sensibilidade, como apresentados no quadro abaixo, foram utilizadas as premissas de 25% de aumento e de redução aplicados ao custo de oportunidade dos ativos financeiros - taxa de juros do mercado:

Variáveis	Premissas	Resultado após aumento/ redução R\$	Efeito no resultado %	Efeito no PL %
CDI	Aumento de 25%	(15.903)	17	4
CDI	Redução de 25%	(23.027)	(20)	6

**5. Aplicações financeiras**

Os ativos financeiros são aplicados no mercado conforme as premissas de liquidez/concentração estabelecidos pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em linha com a definição de risco do Grupo Generali e carregados a valor justo segundo os critérios abaixo:

- Preços cotados em mercados para ativos idênticos.
- O valor de mercado de títulos públicos foi baseado no "preço unitário de mercado - PU" informado pela Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA nas datas de balanço e com base no "PU 550 da SELIC", divulgado diariamente pelo BACEN.
- As quotas dos fundos de investimento são baseadas nas informações transferidas pelo administrador do fundo para o agente custodiante na B3 S.A., nas datas do balanço.
- Os títulos privados são precificados segundo o "PU" divulgado pelo emissor do papel, na data do balanço.

**5.1. Classificação por categoria e faixa de vencimento**

	31/12/2018					
	Sem vencimento	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total do valor justo por meio do resultado	Valor de curva %	Taxas contratadas
I - Títulos para negociação						
Quotas de FI renda fixa - DPVAT	86.721	-	-	86.721	20	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	201.425	201.425	46	SELIC
Quotas de fundos de investimentos	23.856	-	-	23.856	5	-
II - Títulos disponíveis para venda						
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	20.336	20.336	5	IPCA
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	-	-	105.568	105.568	24	Prefixado
Total	110.577	-	327.329	437.906	100	432.174

	31/12/2017					
	Sem vencimento	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total do valor justo por meio do resultado	Valor de curva %	Taxas contratadas
I - Títulos para negociação						
Quotas de FI renda fixa - DPVAT	84.405	-	-	84.405	20	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	5.728	210.422	216.150	52	SELIC
Quotas de fundos de investimentos	23.005	-	-	23.005	6	23.005
Outras aplicações	-	177	-	177	2	177
II - Títulos disponíveis para venda						
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	18.850	18.850	5	IPCA
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	-	-	61.831	61.831	15	Prefixado
Total	107.410	5.905	291.103	404.418	100	404.793

	31/12/2018		31/12/2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
			312.002	323.737
			125.904	80.681
			437.906	404.418

**5.2. Movimentação das aplicações financeiras**

	31/12/2017		31/12/2018	
	Aplicações	Resgates	Ajuste Mercado	Rendimento
Quotas de FI renda fixa - DPVAT	84.405	6.022	(9.237)	5.531
Fundo de investimento exclusivo				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	216.150	405.975	(433.820)	13.120
Letras do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	-	-	-	-
Carteira administrada				
Notas do Tesouro Nacional NTN-B	18.850	-	(534)	740
Notas do Tesouro Nacional NTN-F	61.831	37.103	(8.142)	4.938
Quotas de fundos de investimentos	23.005	814	(1.405)	1.442
Outras Aplicações	177	-	(177)	-
Total	404.418	449.914	(453.315)	31.211

	31/12/2016		31/12/2017	
	Aplicações	Resgates	Ajuste Mercado	Rendimento
Quotas de FI renda fixa - DPVAT	89.542	8.160	(21.907)	8.610
Fundo de investimento exclusivo				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	360.402	300.949	(476.066)	30.865
Letras do Tesouro Nacional - NTN-B	-	1.275	(1.246)	(29)
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	676	-	(740)	64
Carteira administrada				
Notas do Tesouro Nacional NTN-B	-	18.951	-	(348)
Notas do Tesouro Nacional NTN-F	-	61.239	-	27
Quotas de fundos de investimentos	20.240	1.639	(934)	2.060
Outras aplicações	149	177	(149)	-
Total	471.009	392.390	(501.042)	42.382

**5.3. Hierarquia de valor justo**

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 01: títulos com cotação em mercado ativo.
- Nível 02: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 01" cuja precificação é direta ou indiretamente observável.
- Nível 03: títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

	31/12/2018				31/12/2017			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 2	Total
Quotas de FI renda fixa - DPVAT	-	86.721	-	86.721	-	84.405	-	84.405
Fundo de investimento exclusivo								
Letras Financeiras de Tesouro - LFT	201.425	-	-	201.425	216.150	-	-	216.150
Carteira administrada								
Notas do Tesouro Nacional -NTN-B	20.336	-	-	20.336	18.850	-	-	18.850
Notas do Tesouro Nacional -NTN-F	105.568	-	-	105.568	61.831	-	-	61.831
Quotas de fundos de investimentos	-	23.856	-	23.856	-	23.005	-	23.005
Outras aplicações	-	-	-	-	-	-	177	177
Total	327.329	110.577	-	437.906	296.831	107.410	177	404.418

**5.4. Instrumentos financeiros derivativos**

Em 31 de dezembro de 2018, a Seguradora não possuía em seus fundos de investimento exclusivos, contratos futuros de Depósito Interfinanceiro (DI).

Em relação ao controle dos riscos, estes são calculados diariamente através de métricas amplamente conhecidas e divulgadas no mercado (*VAR*, *Tracking Error* e Testes de *stress*), estabelecidas em mandatos de gestão e utilizando-se de ferramentas do Banco Santander Brasil S.A.

A utilização de instrumentos derivativos, conforme prevê a legislação vigente, busca efetuar o *hedge* da carteira da Seguradora. No caso dos contratos futuros de DI, a Seguradora busca minimizar os efeitos da variação da taxa de juros. Os preços dos instrumentos derivativos são calculados diariamente e divulgados pela B3 S.A. - Bolsa, Brasil, Balcão. Adicionalmente, é realizado o ajuste diário das posições sensibilizando as cotas dos fundos da Seguradora. Todas as operações são negociadas e registradas no sistema de custódia.

**6. Prêmios a receber**

A composição dos prêmios a receber de segurados segue abaixo:

Composição dos créditos das operações com seguros	31/12/2018	31/12/2017
Prêmios a receber de segurados emitidos	165.038	169.903
Prêmios a receber de segurados não emitidos	32.496	30.744
Prêmios a receber de cosseguro aceito	14.546	13.344
	212.080	213.991
Redução ao valor recuperável	(22.881)	(49.604)
Prêmios a receber de segurados	189.199	164.387
Demonstramos a seguir o <i>aging-list</i> dos prêmios a receber:		
	31/12/2018	31/12/2017
<i>Aging</i> de valores a receber	212.080	213.991
A vencer	130.770	138.686
De 1 a 30 dias	84.729	68.688
De 31 a 60 dias	16.576	21.927
De 61 a 120 dias	18.478	24.618
Superior a 121 dias	10.987	23.453
Vencidos	81.310	75.305
De 1 a 30 dias	16.618	9.753
De 31 a 60 dias	7.894	9.24
De 61 a 120 dias	3.974	946
Superior a 121 dias	52.824	63.682

Abaixo segue a movimentação dos prêmios a receber e da provisão para redução ao valor recuperável:

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo em 31 de dezembro de 2016		47.012
Constituições		3.464
Reversões		(872)
Saldo em 31 de dezembro de 2017		49.604
Constituições		3.432
Reversões		(503)
Baixa (i)		(29.652)
Saldo em 31 de dezembro de 2018		22.881

(i) No primeiro semestre de 2018, a Generali baixou os valores provisionados referentes as associações contra os respectivos valores a receber, não havendo efeito no resultado (maiores detalhes vide nota 17).

**7. Ativos e passivos de resseguros**
**7.1. Operações com resseguradoras**

	31/12/2018				31/12/2017			
	Vida	Auto	Outros ramos	Redução ao valor recuperável líquido	Vida	Auto	Outros ramos	Redução ao valor recuperável líquido
De 1 a 30 dias	7.695	-	618	(38)	8.275	8.945	93	314
De 31 a 60 dias	10.826	88	1.648	(131)	12.431	6.101	32	482
De 61 a 365 dias	19.508	6.623	4.349	(1.429)	29.051	26.140	8.132	5.976
Superior a 365 dias	5.096	6.005	3.189	(8.929)	5.361	2.811	4.775	2.845
	43.125	12.716	9.804	(10.527)	55.118	43.997	13.032	9.617

	31/12/2018	31/12/2017
Em 1º de janeiro		66.646
Inclusões		107.158
Liquidações		(108.159)
Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017		66.646

Abaixo segue a movimentação da provisão para redução ao valor recuperável dos ativos de resseguro:

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo em 31 de dezembro de 2016		11.236
Constituições		3.784
Reversões		(2.655)
Saldo em 31 de dezembro de 2017		12.365
Constituições		188
Reversões		(206)
Saldo em 31 de dezembro de 2018		10.527

A metodologia da redução ao valor recuperável baseia-se em critérios atuariais, no conceito do desenvolvimento dos triângulos de *run-off* onde os fatores de desenvolvimento foram determinados a partir da combinação da data de pagamento dos sinistros e da data de referência, para a estimação dos créditos de resseguros a recuperar pendentes, considerando os últimos 48 meses de análise.

**7.2. Passivos de resseguros**

	31/12/2018	31/12/2017
Prêmios de resseguro cedido		95.423
Comissão		(16.462)
		78.961

**8. Outros valores e bens**

	31/12/2018			31/12/2017		
	Valor	Redução ao valor recuperável	Valor líquido	Valor	Redução ao valor recuperável	Valor líquido
Salvados (*)	9.686	(2.406)	7.280	15.380	(3.575)	11.805
Almoxarifado	114	-	114	94	-	94
	9.800	(2.406)	7.394	15.474	(3.575)	11.899

(\*) Salvados relacionados somente ao ramo de automóveis.

**8.1. Salvados**

	31/12/2018	31/12/2017
De 1 a 30 dias	-	611
De 31 a 60 dias	1.162	1.546
De 61 a 365 dias	4.541	6.367
Superior a 365 dias	3.983	6.856
	9.686	15.380

Abaixo segue a movimentação da provisão para redução ao valor recuperável de salvados:

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo em 31 de dezembro de 2016		3.336
Constituições		1.946
Reversões		(1.707)
Saldo em 31 de dezembro de 2017		3.575
Constituições		1.396
Reversões		(2.565)
Saldo em 31 de dezembro de 2018		2.406

**9. Despesas antecipadas**

	31/12/2018	31/12/2017
Acordo de mídia Tim		1.141
Taxa de fiscalização SUSEP		712
Despesas antecipadas com parcerias		2.711
Outras despesas antecipadas		117
		3.969

Buscando o desenvolvimento de canal de distribuição de seguros, em 10 de fevereiro de 2017, a Generali Brasil Seguros S.A. firmou o Contrato de Representação com a Tim Celular S.A. ("TIM") para que o canal de vendas da TIM seja explorado por oito anos. De forma acessória e integrada foi assinado também o Contrato de Mídia, cujas interpretação, causa e solução de conflito são conexos e por dependência ao Contrato de Representação. Até 31 de dezembro de 2017 a Seguradora havia adiantado R\$1.350 mil pelos serviços que serão prestados ao longo do contrato de 8 anos referentes à prestação de serviços de marketing no canal de distribuição da TIM.

**10. Custos de aquisição diferidos**

	31/12/2017	Constituições	Diferimento/cancelamento	31/12/2018
Comissão				
Automóveis/RCF-V	26.501	40.554	(43.753)	23.302

(iv) Refere-se a parceria firmada com a Univida Seguros de Pessoas que tem como finalidade a estipulação de seguros de vida, esta parceria inicialmente vigorará por 10 anos. O valor total da parceria é de R\$6.000, com valor de R\$3.500 pago em 2018 e seu saldo remanescente (R\$2.500) a ser pago até o final de 2019. Desta operação foi firmado contrato de cota parte com cessão de 70% à Mapfre Re do Brasil (R\$4.200). Os impactos de ajuste a valor presente desta operação são irrelevantes.

(v) O direito de uso dos canais de distribuição LASA refere-se ao direito de exclusividade no uso dos canais de distribuição para comercialização dos produtos Generali. A amortização teve início em dezembro de 2018 devido à entrada em produção e se dará pelo método linear ao longo do prazo do contrato.

**15. Obrigações a pagar**

Obrigações a pagar	31/12/2018	31/12/2017
Convênio DPVAT	62	113
Participação nos lucros a pagar	3.581	3.500
Assistência 24 horas	1.755	2.980
Fornecedores	2.579	4.582
Royalties	4.867	3.888
Outras contas a pagar	-	1.482
	<b>12.844</b>	<b>16.545</b>

**16. Depósitos de terceiros**  
**Composição do depósito de terceiro das operações com seguros**

Aging de valores recebidos pendente	31/12/2018	31/12/2017
De 1 a 30 dias	6.034	2.849
De 31 a 60 dias	1.378	231
De 61 a 120 dias	2.217	866
De 121 a 365 dias	3.735	1.002
	<b>13.364</b>	<b>4.948</b>

**17. Provisões para contingências e depósitos judiciais**

Probabilidade de perda	Contingências fiscais				Contingências trabalhistas				Contingências cíveis			
	31/12/2018		31/12/2017		31/12/2018		31/12/2017		31/12/2018		31/12/2017	
	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor depositado	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor depositado	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor depositado
Provável	5	447	447	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Possível	6	6.861	-	9.463	4	3.426	-	-	33	958	-	-
Remota	-	-	-	-	-	-	-	-	48	4.517	-	91
	<b>11</b>	<b>7.308</b>	<b>447</b>	<b>9.463</b>	<b>4</b>	<b>3.426</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>83</b>	<b>8.995</b>	<b>1.587</b>	<b>501</b>

Probabilidade de perda	Contingências trabalhistas				Contingências cíveis			
	31/12/2018		31/12/2017		31/12/2018		31/12/2017	
	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor depositado	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor depositado
Provável	39	1.587	1.587	409	33	958	958	617
Possível	27	3.841	-	92	48	4.517	-	91
Remota	17	3.567	-	-	17	1.380	-	22
	<b>83</b>	<b>8.995</b>	<b>1.587</b>	<b>501</b>	<b>98</b>	<b>6.855</b>	<b>958</b>	<b>730</b>

Probabilidade de perda	Contingências cíveis			
	31/12/2018		31/12/2017	
	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor depositado
Provável	332	7.450	7.450	3.470
Possível	616	21.679	-	598
Remota	518	16.612	-	46
	<b>1.466</b>	<b>45.741</b>	<b>7.450</b>	<b>4.114</b>

Probabilidade de perda	Contingências sinistros			
	31/12/2018		31/12/2017	
	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor depositado
Provável	1.435	67.460	50.595	7.274
Possível	808	89.017	44.509	534
Remota	1.396	154.725	23.208	1.260
	<b>3.639</b>	<b>311.202</b>	<b>118.312</b>	<b>9.068</b>

Referem-se, basicamente a:

- Fiscais - refere-se a um processo relativo a parcelamento da COFINS deferido pela Secretaria da Receita Federal e a um processo de cobrança de ICMS sobre salvados nas praças Rio de Janeiro e São Paulo. Não são esperadas perdas nessas ações, motivo pelo qual não foi constituída provisão, há também processos referentes às inconformidades na entrega de declarações acessórias à Receita Federal e um processo relativo à cobrança de PIS cujas perdas estão classificadas em 31 de dezembro de 2018 como possível, devido à jurisprudência do STF ocorrida em fevereiro de 2016 no sentido da inconstitucionalidade da exigência para as causas em referência. No primeiro semestre de 2018 a Companhia foi notificada de processos administrativos instaurados pela Receita Federal do Brasil a respeito de créditos tributários de PIS e COFINS compensados através de DCTF em que não houve homologação devido à falta de comprovação do crédito, para estes casos os advogados definiram a estimativa de perda como provável.
- Trabalhistas - pedidos de direitos e indenizações trabalhistas.
- Cíveis - referem-se basicamente a ações decorrentes do curso normal das operações que, na opinião dos consultores jurídicos da Seguradora, apresentam risco de perda provável.

No primeiro semestre de 2018 foi homologado acordo referente ação judicial movida em 2015 pela Newcorp Gestão S.A. ("Newcorp"), Cerâmica São Cristóvão e Milo Investimentos S.A., juntamente com a GBA Gestão de Benefícios Associativos e SFX Gestão e Serviços Ltda. que tinha por objeto a decretação da ineficácia e desconstituição das garantias reais e fidejussórias apresentadas pelos autores em favor da Generali, bem como indenização em razão da rescisão do Acordo de Estipulação firmado entre a Generali e a Newcorp. Para este acordo, a Newcorp se comprometeu a pagar o montante de R\$3.250 em 36 parcelas a partir de 25 de abril de 2018 para a Generali (Pagos até 31 de dezembro de 2018 o montante de R\$793).

Também foi firmado acordo com a Serta Tecnologia em ação movida em 2017 que tinha por objeto o pagamento de títulos executivos extra-judiciais, contrato de prestação de serviços, firmados entre a exequente e a Generali Brasil, sendo para este acordo, a Generali se comprometeu a pagar o montante total de R\$3.800, com valor pago até dezembro de 2018 de R\$2.800, sendo o restante para os próximos 10 meses, registrado na rubrica de despesas administrativas.

\* Sinistros - existem 3.639 (3.854 em dezembro de 2017) processos relacionados a sinistros que estão em diversas fases de tramitação. Tais processos referem-se em sua maioria a sinistros do ramo de automóvel e RCF. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão para os casos classificados com probabilidade de perda provável, possível e remota. O critério de contabilização das provisões referente aos processos de benefícios são os seguintes: 15% para as causas remotas, 50% para as causas possíveis e 75% para as causas prováveis. Esses percentuais foram estabelecidos com base nos percentuais de perdas históricas da Generali para essas probabilidades, a qual está registrada na rubrica "Reservas Técnicas" conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Provisão de sinistros a liquidar judicial direto	118.312	178.238
Provisão de sinistros a liquidar de cosseguro	(390)	(641)
Provisão de sinistros a liquidar judicial DPVAT	7.573	9.075
IBNER Judicial	20.918	27.798
	<b>146.413</b>	<b>214.470</b>

**17.1. Movimentação de provisões para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis**

Descrição	31/12/2018			31/12/2017		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Em 1º de janeiro	-	958	14.678	-	2.511	17.775
Constituições/atualizações	447	1.181	4.331	-	220	7.501
Liquidações/baixas	-	(552)	(11.559)	-	(1.773)	(10.598)
No final do exercício	<b>447</b>	<b>1.587</b>	<b>7.450</b>	-	<b>958</b>	<b>14.678</b>

**17.2. Movimentação dos depósitos judiciais fiscais, trabalhistas e cíveis**

Descrição	31/12/2018				31/12/2017			
	Sinistros	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Sinistros	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Em 1º de janeiro	10.758	8.894	730	12.644	32.399	8.312	952	24.990
Constituições/atualizações	1.224	569	261	1.948	6.544	582	215	13.417
Liquidações/baixas	(2.914)	-	(490)	(10.478)	(28.185)	-	(437)	(25.763)
No final do exercício	<b>9.068</b>	<b>9.463</b>	<b>501</b>	<b>4.114</b>	<b>10.758</b>	<b>8.894</b>	<b>730</b>	<b>12.644</b>

**18. Provisões técnicas**

**18.1. Demonstração da composição das provisões técnicas por ramo**

	Provisão bruta de resseguro		Parcela resseguro		Provisão líquida	
	(-)	(=)	(-)	(=)	(-)	(=)
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017

<b>Automóvel/RCF</b>						
Provisões complementares de cobertura	2.377	-	-	-	2.377	-
Provisões de prêmios não ganhos	116.919	143.312	-	(255)	116.919	143.057
Sinistros a liquidar ADM	24.979	28.745	(1)	(236)	24.978	28.509
Sinistros a liquidar JUD	64.463	108.699	(5.682)	(26.628)	58.781	82.071
Sinistros ocorridos e não avisados	18.106	23.536	(122)	(924)	17.984	22.612
	<b>226.844</b>	<b>304.292</b>	<b>(5.805)</b>	<b>(28.043)</b>	<b>221.039</b>	<b>276.249</b>

**Vida/acidentes pessoais e Prestamista**

Provisões complementares de cobertura	-	5.348	-	(3.476)	-	1.872
Provisões de prêmios não ganhos	60.448	29.922	(2.426)	(884)	58.022	29.038
Sinistros a liquidar ADM	23.488	35.523	(12.428)	(24.175)	11.060	11.348
Sinistros a liquidar JUD	43.311	44.334	(30.924)	(29.860)	12.387	14.474
Sinistros ocorridos e não avisados	41.450	35.761	(29.323)	(24.929)	12.127	10.832
	<b>168.697</b>	<b>150.888</b>	<b>(75.101)</b>	<b>(83.324)</b>	<b>93.596</b>	<b>67.564</b>

**Ramos elementares**

Provisões de prêmios não ganhos	34.838	25.030	(18.039)	(14.315)	16.799	10.715
Sinistros a liquidar ADM	65.061	31.936	(61.097)	(29.360)	3.964	2.576
Sinistros a liquidar JUD	31.066	52.362	(18.310)	(25.447)	12.756	26.915
Sinistros ocorridos e não avisados	3.034	5.726	(2.287)	(2.087)	747	3.639
	<b>133.999</b>	<b>115.054</b>	<b>(99.733)</b>	<b>(71.209)</b>	<b>34.266</b>	<b>43.845</b>

	Provisão bruta de resseguro		Parcela resseguro		Provisão líquida	
	(-)	(=)	(-)	(=)	(-)	(=)
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017

<b>DPVAT</b>						
Sinistros a liquidar ADM	1.810	1.947	-	-	1.810	1.947
Sinistros a liquidar JUD	7.573	9.075	-	-	7.573	9.075
Sinistros ocorridos e não avisados	76.918	72.800	-	-	76.918	72.800
Outras prov. para desp. adm.	359	470	-	-	359	470
	<b>86.660</b>	<b>84.292</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>86.660</b>	<b>84.292</b>

<b>Total</b>						
Provisões complementares de cobertura	2.377	5.348	-	(3.476)	2.377	1.872
Provisões de prêmios não ganhos	212.205	198.264	(20.465)	(15.454)	191.740	182.810
Sinistros a liquidar ADM	115.338	98.151	(73.526)	(53.771)	41.812	44.380
Sinistros a liquidar JUD	146.413	214.470	(54.916)	(81.935)	91.497	132.535
Sinistros ocorridos e não avisados	139.508	137.823	(31.732)	(27.940)	107.776	109.883
Outras prov. para desp. adm.	359	470	-	-	359	470
	<b>616.200</b>	<b>654.526</b>	<b>(180.639)</b>	<b>(182.576)</b>	<b>435.561</b>	<b>471.950</b>

	31/12/2018	31/12/2017
Circulante	615.005	653.923
Não circulante	1.195	603
	<b>616.200</b>	<b>654.526</b>

**18.2. Movimentação das provisões técnicas**

	31/12/2018	
	Passivos de seguros	Ativos de resseguros
Saldos em 31 de dezembro de 2017	654.526	182.576
Variação de PPNG	13.941	5.011
Sinistros avisados/ajustados	395.215	(119.347)
Correção monetária e juros de sinistros	36.240	(19.454)
Pagamentos e recebimentos	(482.325)	131.537
Variação IBNR	1.685	3.792
Variação PCC	(2.971)	(3.476)
Variação outras provisões	(111)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<b>616.200</b>	<b>180.639</b>

	31/12/2017	
	Passivos de seguros	Ativos de resseguros
Saldos em 31 de dezembro de 2016	612.817	165.399
Variação de PPNG	67.138	5.913
Sinistros avisados/ajustados	402.376	125.089
Correção monetária e juros de sinistros	327	3.909
Pagamentos e recebimentos	(400.514)	(104.535)
Variação IBNR	(30.523)	(16.635)
Variação PCC	3.123	3.436
Variação outras provisões	(217)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<b>654.526</b>	<b>182.576</b>

**19. Garantias das provisões técnicas**

O Banco Central do Brasil (BACEN) através da Resolução nº 3.308, de 31 de agosto de 2005, com suas alterações posteriores, e a SUSEP através da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, com suas alterações posteriores, regulamentaram as normas para a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas por parte das sociedades seguradoras. Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentava as seguintes coberturas:

	31/12/2018	31/12/2017
Provisões técnicas - seguros	616.200	654.526
Exclusões	-	-
Provisões técnicas - resseguros	(161.751)	(171.153)
Direitos creditórios	(88.842)	(94.381)
Provisões do consórcio DPVAT	(86.660)	(84.292)
Custos de aquisição diferidos redutores	(28.568)	(25.703)
Depósitos judiciais redutores	(567)	(2.230)
Total das exclusões	(366.388)	(377.759)
Provisões técnicas para cobertura	249.812	276.767
Composição dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas	-	-
Quotas de fundos de investimento	217.871	231.634
Títulos públicos	125.904	80.681
Quotas de fundos de investimentos DPVAT	86.721	84.405
Total das garantias das provisões técnicas	<b>343.775</b>	<b>312.315</b>
Suficiência	93.963	35.548

**20. Desenvolvimento de sinistros**

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis. Estão sendo desconsiderados da análise abaixo os sinistros avisados e pagos no mesmo ano, uma vez que não há incerteza sobre o montante e tempestividade da indenização, conforme CPC11 - Contrato de Seguros, parágrafo 39, alínea (c)(iii).

**23. Ramos de atuação da seguradora**

Os principais ramos de atuação da Seguradora, os prêmios ganhos, os índices de sinistralidade e os índices de comissionamento estão assim demonstrados:

	Prêmios ganhos	Sinistros ocorridos	Sinistralidade %	Custo de aquisição	Índice - % comissionamento
Em 31 de dezembro de 2018					
Automóveis/RCF-V	282.440	(220.556)	78	(46.020)	16
Vida/acidentes pessoais	309.852	(133.385)	43	(78.860)	25
Demais	44.376	(41.274)	93	(7.525)	17
	636.668	(395.215)	62	(132.405)	21
Em 31 de dezembro de 2017					
Automóveis/RCF-V	276.518	(224.184)	81	(42.128)	15
Vida/acidentes pessoais	160.249	(129.978)	81	(22.015)	14
Demais	28.244	(17.691)	63	(4.092)	14
	465.011	(371.853)	80	(68.235)	15

**24. Imposto de renda e contribuição social**

A Seguradora não apurou imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 em virtude de prejuízos tributários recorrentes.

Em 31 de dezembro de 2018, a Seguradora possui um saldo acumulado de prejuízos fiscais no montante de R\$976.295 (R\$945.997 em 31 de dezembro de 2017) e base negativa de contribuição social no montante de R\$966.523 (R\$951.836 em 31 de dezembro de 2017). Não foram constituídos créditos tributários diferidos sobre esse saldo acumulado, bem como sobre as adições temporárias, em decorrência do histórico de prejuízos da Seguradora, em consonância com a Circular SUSEP nº517/15 e alterações.

**25. Remuneração baseada em ações**

Alguns executivos da Companhia participam do plano bianual, aprovado pela Assicurazioni Generali de distribuição de suas ações ordinárias, sujeitas à aprovação da assembleia de acionistas do Grupo. O efeito do incentivo com base em opções para compra de ações referente aos colaboradores registrados na Generali Brasil Seguros S.A., que fizeram jus às opções da Assicurazioni Generali, está registrado no patrimônio líquido da Seguradora como reserva de capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$6.213 (R\$3.285 em 31 de dezembro de 2017).

**26. Detalhamento das principais contas da demonstração do resultado**

a) **Custo de aquisição**

	31/12/2018	31/12/2017
Comissão sobre prêmios emitidos	(153.501)	(84.102)
Restituição de comissão sobre prêmios emitidos	559	525
Cancelamento de comissão sobre prêmios emitidos	31.036	5.912
Comissão RVNE	(755)	(1.778)
Comissão de agenciamento	(5.372)	(151)
Recuperação de comissões	572	579
Outras despesas de comercialização	(14.671)	(5.506)
Variação das despesas de comercialização diferidas	9.727	16.286
	(132.405)	(68.235)

b) **Outras despesas e receitas operacionais**

	31/12/2018	31/12/2017
Créditos assistência 24h	48.884	36.235
Receitas consórcio DPVAT outras receitas, líquidas	3.306	2.823
Outras receitas com Resseguro	1.755	239
	53.945	39.297
Outras despesas operacionais		
Débitos assistência 24h	(39.253)	(39.435)
Despesas operacionais - seguros	(25.420)	(17.750)
Provisão para riscos de créditos	(1.760)	(2.831)
Despesas com administração de apólices	(5.652)	(511)
Despesas com encargos dos corretores	(10)	(20)
Despesas com cobrança bancária	(4.697)	(4.768)
Lucros atribuídos	(1.507)	(1.688)
Provisões cíveis	7.228	3.097
	(71.071)	(63.906)
	(17.126)	(24.609)

c) **Resultado com operações de resseguros**

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas com resseguro		
Indenizações de sinistros	109.324	99.356
Participações em lucros	1.109	783
Despesas de sinistros	2.540	4.445
Variações de IBNR e IBNER	11.276	4.655
	124.249	109.239
Despesas com resseguro		
Despesas com prêmio resseguro	(125.489)	(108.397)
Variações despesas de resseguros	3.840	5.911
PCC Outras provisões sobre resseguro	(3.476)	3.436
Provisão de crédito de liquidação duvidosa sobre resseguro	1.838	(1.129)
Provisão de excedente técnico de resseguro	1.172	
	(122.115)	(100.179)
	2.134	9.060

**RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA**

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Generali Brasil Seguros S/A ("Generali Brasil") foi estabelecido pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de março de 2015. O Comitê é composto por quatro membros indicados pelo Conselho de Administração da Generali Brasil.

O Comitê é um órgão de suporte ao Conselho de Administração e tem como principais funções a supervisão das atividades que tem como objetivo garantir a integridade e qualidade das demonstrações financeiras da Generali Brasil, a qualidade, eficiência e eficácia do sistema de controles internos, o cumprimento de normas internas e externas e a efetividade e independência das auditorias externa e interna.

Em 2018, as principais atividades exercidas pelo Comitê foram:  
**Auditoria Interna** – (i) avaliou e aprovou o Plano de Trabalho da Auditoria Interna para 2018; (ii) foi informado sobre as atividades de auditoria realizadas ao longo do ano, bem como dos resultados dos trabalhos realizados; (iii) tomou conhecimento do status de implementação das recomendações da Auditoria Interna, com destaque para a evolução de implantação ao longo do ano, bem como para as recomendações pendentes de implantação; (iv) discutiu com a Administração da Generali as ações que estão sendo tomadas para a implantação das recomendações pendentes e melhoria do ambiente de controle da Companhia.

**Gestão de Riscos e Compliance** – (i) tomou conhecimento das atividades realizadas ao longo de 2018 e de que a estrutura de gestão de riscos da Companhia atende aos requisitos estabelecidos pelas normas da Susep; (ii) tomou conhecimento da adequação da estrutura das áreas de Compliance e Gestão de Riscos para exercer as atividades sob sua responsabilidade; (iii) foi informado sobre as iniciativas para o fortalecimento na Companhia de uma cultura de controles internos, gestão de riscos e compliance; (iv) foi informado sobre as atividades da Companhia para combater a lavagem de dinheiro e combater ao financiamento de terrorismo.

**Ouidoria** – (i) o Comitê tomou conhecimento do relatório de atividades da Ouidoria; (ii) avaliou a adequação da

d) **Despesas administrativas**

	31/12/2018	31/12/2017
Despesas com pessoal próprio	(73.674)	(69.261)
Despesas com serviços de terceiros	(23.071)	(25.948)
Despesas com localização e funcionamento	(30.988)	(25.529)
Despesas judiciais	(5.651)	(14.686)
Despesas com consórcio DPVAT	(2.695)	(2.054)
Outras despesas administrativas	(3.198)	(2.299)
	(139.277)	(139.777)

e) **Despesas com tributos**

	31/12/2018	31/12/2017
Provisões fiscais	(447)	-
Taxa de fiscalização	(2.614)	(2.962)
Despesas com PIS	(2.056)	(1.020)
Despesas com COFINS	(12.652)	(6.276)
Outras despesas com tributos	(944)	(1.685)
	(18.713)	(11.943)

f) **Resultado financeiro**

	31/12/2018	31/12/2017
Resultado financeiro		
Receitas financeiras		
Com operações de seguros e resseguros	3.032	2.672
Com títulos de renda fixa	14.562	32.960
Com títulos públicos	11.118	812
Com títulos de renda fixa - DPVAT	5.531	8.610
Outras receitas financeiras	4.518	3.609
	38.761	48.663
Despesas financeiras		
Com operações de seguros e resseguros	11.025	(4.654)
Outras despesas financeiras	(3.069)	(1.117)
	7.956	(5.771)
	46.717	42.892

**27. Transações com partes relacionadas**

A remuneração total dos administradores da Seguradora no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$1.552 (R\$1.232 em 2017), as quais são benéficas de curto prazo.

A Seguradora efetua operações de resseguro com empresa integrante do Grupo, Assicurazioni Generali S.p.A. e Generali Itália, as quais são realizadas em condições pactuadas entre as partes. A principal operação com essa empresa compreende a operação de resseguro, envolvendo o repasse de prêmios registrados na rubrica "Prêmios Resseguros Cedidos", recuperação de comissões registradas na rubrica "Custos de aquisição" e recuperação de sinistros registrados na rubrica "Sinistros retidos".

A CEABS Serviços Ltda., uma investida indireta da controladora da Seguradora, Assicurazioni Generali S.p.A., presta serviços de instalação, desinstalação, ativação e desativação dos equipamentos de localização e rastreamento nos veículos dos segurados indicados pela Generali.

A Europ Assistance, uma joint venture entre a Assicurazioni Generali S.p.A. com terceiros, presta serviços de suporte e assistência aos diversos ramos de seguro da Generali, principalmente os de auto e vida, a saber: assistência para veículos, assistência funeral, assistência domiciliar, dentre outros.

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Assicurazioni Generali S.p.A.	905	1.026	8.229	2.406	2.965	1.108
Generali Itália	-	-	-	212	(212)	-
Europ Assistance	-	-	1.755	2.980	(29.113)	(30.428)
CEABS	-	-	-	207	(1.648)	(1.176)
Total	905	1.026	9.984	5.805	(28.008)	(30.496)

Diretor-Presidente	Diretoria	Comitê de Auditoria
Andrea Crisanaz	Andrea Crisanaz	Assizio Aparecido de Oliveira
<b>Conselheiros</b>	Sara Bendel	Hugo Brioschi
Antônio Cassio dos Santos	Cláudia Papa	Ariel Leonardo Canelo
Andrea Crisanaz	Facundo Montenegro	Esteban Daniel Borgese
Alessandro Berni		
<b>Contadora</b>	<b>Atuário</b>	
Viviane Miller Abreu - CRC RJ-083704/O-2	Rubens Moreira Bastos - MIBA nº 1.370	

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2019.

**Comitê de Auditoria**

Assizio Aparecido de Oliveira  
 Ariel Leonardo Canelo  
 Hugo Brioschi  
 Esteban Daniel Borgese

**PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES**

**Aos Acionistas e Administradores da**

**Generali Brasil Seguros S.A.**

São Paulo - SP

CNPJ: 33.072.307/0001/57

**Escopo da Auditoria**

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da Generali Brasil Seguros S.A., em 31 de dezembro de 2018, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável a auditoria atuarial independente.

**Responsabilidade da Administração**

A Administração da Generali Brasil Seguros S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos atuários auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Generali Brasil Seguros S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de

auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

**Opinião**

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da Generali Brasil Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2018 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

**Outros Assuntos**

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.

Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos certas divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e/ou FIP de Prêmios e Sinistros (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), tendo sido definido pela Sociedade um plano de ação, aprovado junto à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, para a regularização desta situação. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2019.

Ricardo Pacheco

MIBA 2.679

Ernst & Young Serviços Atuariais SS

CNPJ 03.801.998/0001-11

CIBA 57

São Paulo Corporate Towers, Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909

- Torre Norte, 04543-011 São Paulo - SP, Brazil

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Ilmos. Srs. Diretores, Conselheiros e Acionistas da **Generali Brasil Seguros S.A.**

Rio de Janeiro - RJ

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Generali Brasil Seguros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Generali Brasil Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2019.